

Em Torno a Puebla - II

O Documento Final de Puebla: suas grandes linhas

No término de uma Assembléia que durou 17 dias, os bispos reunidos em Puebla comunicaram-nos longo Documento, como resultado de suas reflexões e opções pastorais. Estamos ainda com uma versão provisória, pois a definitiva está à espera da aprovação do Santo Padre e de eventuais correções estilísticas. Não é de prever-se que se afaste da atual versão em pontos de relevância.

Para facilitar sua compreensão, indicamos algumas chaves de leitura e a sua temática fundamental. Também tem importância assinalar alguns silêncios significativos e pontos conflituosos. Assim, poderemos situar dentro de um marco a abundância de temas e afirmações contidas no amplo texto.

CHAVES DE LEITURA

Há várias opções básicas, que pervadem todo o Documento de Puebla e que se tornam, portanto, as grandes chaves de leitura, a partir das

quais se compreendem as afirmações de menor relevo e as aparentes oscilações e tensões internas ao texto. Pois, apesar da presença do trabalho eficiente da Comissão de Articulação, um texto tão amplo, redigido por tantas mãos, dentro de um episcopado cortado por suas divergências, tem necessariamente de manifestar essas tensões e até oposições. Para a atuação pastoral, elas devem ser compreendidas a partir das decisões fundamentais, que se esboçaram no Documento.

A primeira refere-se ao horizonte a partir do qual tudo foi pensado, discutido e dito: a Evangelização no presente e no futuro da A. Latina. Três pontos são importantes: a *Evangelização* inserida na dupla coordenada *de tempo* — presente e futuro — e *de espaço* — A. Latina. O prisma é a Evangelização, o tempo é o momento atual e a perspectiva futura, o espaço é o nosso Continente. Portanto, busca-se encarnar a tarefa fundamental da Igreja no momento histórico e no lugar geográfico-cultural. As análises da realidade histórica, sócio-político-econômica não têm outro interesse que traçar o quadro, em que deve realizar a Evangelização. Os problemas e as contradições de nosso contexto social interessam na medida em que eles são o lugar histórico e geográfico da evangelização. Por sua vez, existe dialeticamente uma re-compreensão da tarefa evangelizadora precisamente porque se conhece melhor a realidade. Essa desperta a consciência da Igreja para a importância da temática da Libertação, cuja finalidade última é escatológica e cuja força teologal atinge a raiz pessoal do pecado, mas que se esvazia se não se mediatiza, concretiza em práticas diretamente referidas ao contexto social. O prisma central de leitura da "Evangelização" não enfraquece em nada a mordência social da prática da Igreja. Simplesmente lhe fornece a raiz última da motivação (fé na Palavra de Deus, no seguimento de Cristo e na tradição da Igreja), o alcance transcendente, e a percepção da sua raiz profunda (o pecado). Com essa iluminação, os cristãos evangelizadores se munem para ações, mediações sociais de maneira mais lúcida, consistente e esperançosa. O mais importante dessa chave de leitura é precisamente permitir ao cristão captar como suas práticas, de transformação da realidade na linha da justiça, da fraternidade, da comunhão, da participação são realmente evangelizadoras, encontram na Palavra de Deus e no seguimento de Cristo sua última força, realizam a luta contra o pecado em suas diversas formas, pessoal e social. O risco consistiria em assumir a chave de leitura da "Evangelização" como uma forma de espiritualizar a problemática, enquanto que ela significa sobretudo dar-lhe maior consistência e vigor, pela simples razão de ela ser fator de ampliação de compreensão e não redutora. A espiritualização reduz o campo da Evangelização, enquanto que a Evangelização amplia o campo da libertação, oferecendo-lhe nova

motivação, (a fé), desvelando-lhe a raiz última (o pecado, a ruptura do Projeto de Deus) e apontando-lhe a meta derradeira (o Reino de Deus em sua plenitude), e finalmente mostrando-lhe o significado último de sua própria realidade (ser mediação histórica, ser encarnação e concretização do Reino de Deus). É unicamente a partir de tal prisma que podemos compreender o interesse pela política, pela ideologia, pela libertação, pela justiça, pela cultura. É esforço de elucidar a própria realidade da Evangelização, além de sua tríplice verdadeira sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja e sobre a Dignidade humana.

Esta chave de leitura da "Evangelização" recebe além disso uma dupla coordenada de tempo e de espaço. A primeira mostra o interesse das reflexões pastorais. O presente e o futuro. Diverge de qualquer esforço erudito de conhecer o passado, de acumular dados e ensinamentos. Volta-se, de modo prático, para o fato agudo dos desafios que o momento presente e o futuro próximo do nosso Continente nos colocam. Toda questão que não diga respeito a esse presente e futuro não ocupa o espaço hermenêutico do Documento. E se alguma idiosincrasia teórica por acaso tenha entrado, por algum sabor erudito e acadêmico, ela cairá rapidamente no vazio, pois não será colhida pela rede da pastoral atual e do futuro da Igreja.

A coordenada geo-política é o nosso Continente latino-americano. Essa será, sem dúvida, outro filtro importante, que deixará escoar boa parte, sobretudo da teológica, na medida em que ela não for realmente pertinente para o nosso Contexto. Não basta que sejam ditas afirmações corretas, ortodoxas, válidas no seu universalismo, gerais no seu nível de abstração. Importa que seja em vista da Evangelização na A. Latina. Talvez tenha sido das maiores deficiências do Documento a elaboração da parte teológica, precisamente por não corresponder à própria chave hermenêutica estabelecida pela Assembléia. De novo, o tempo vai pouco a pouco dizendo quais foram as reflexões, opções, orientações que nasceram realmente dessa perspectiva latino-americana e quais entraram aí por outras razões ou reveladoras de esquemas mentais estranhos à nossa problemática real e aguda. Não é necessariamente a cidadania política de ser latino-americano que nos garante a capacidade de percepção dos problemas, das opções, das reflexões pertinentes e expressivas para a A. Latina. Supõe-se sensibilidade histórica e social. Nada impede que alguns textos não tenham sido escritos e impregnados por essa sensibilidade. Perder-se-ão então no oceano das generalidades ou se esvairão como espuma deixando na mão a umidade imperceptível de sua presença.

Uma segunda grande chave é dada pela coordenada fundamental escolhida para a ação e pela Igreja: *Comunhão e Participação*.

Idéia que presidiu já o esquema votado logo no início da Assembléia e que figura na redação final como central na III.ª e IV.ª partes. A Evangelização está colocada sob o signo dessa dupla utopia "comunhão e participação", enquanto uma realidade a se conquistar, mas que deve já encontrar seus centros, agentes e meios nos passos tomados aqui e agora.

O pano de fundo, que dá relevo a essa linha básica do Documento de "Comunhão e Participação", a fim de que ela não se perca em desejos românticos, irrealistas, voluntaristas, idealistas, moralizantes, constitui-se pela "Opção preferencial pelos pobres". A "Comunhão e Participação" deve ser entendida a partir dessa predileção pelo povo simples, pelas classes populares empobrecidas e exploradas do Continente. Qualquer projeto de comunhão e participação que desconheça esse dado arrisca ser mais um engodo e mais uma jogada do sistema dominante, ocultando as contradições e conflitos da realidade social, sob o manto de uma "Comunhão e participação" meramente de nível afetivo, emocional. Ela só se constitui em chave de leitura para a compreensão da primeira parte descritiva e analítica do contexto sócio-cultural e sobretudo para a ação pastoral da Igreja, se se coloca como o fundamento da Comunhão e Participação a opção preferencial pelos interesses objetivos das classes pobres e populares, já que em nosso Continente acontece tal identificação concreta.

Além disso, esta "Comunhão e Participação" encontra na A. Latina um lugar privilegiado de ensaio: as comunidades eclesiais de base. Lá acontece já muito de comunhão e participação dentro do horizonte da opção preferencial pelos pobres porque elas se constituem de camadas pobres das regiões rurais e das periferias urbanas, e lá se vive a comunhão de fé, de vida, de compromisso com a libertação numa participação responsável no duplo nível de Igreja e de Sociedade.

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO DOCUMENTO

Um primeiro ponto fundamental foi a percepção sócio-analítica que os bispos manifestam de que 10 anos depois de Medellín, onde eles denunciaram com veemência uma situação de injustiça, de vidência institucionalizada de extrema penúria e de sofrimento das grandes massas do Continente, *a situação ainda piorou* mais em todos os pontos referentes ao povo pobre, com a implantação além do mais de regimes repressivos, violentos violadores dos direitos humanos, inspirados na ideologia da segurança nacional. Apesar de começar a parte descritiva com enumeração de alguns pontos ganhos, o conjunto do quadro é negro, triste, escandaloso, tornado pior nos últimos anos. Eis o grande desafio diante do

qual se situam os bispos como evangelizadores ao querer oferecer linhas e orientações pastorais. Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire na vida real rostos muito concretos nos índios, nos negros, nos camponeses, nos operários, nos marginalizados e favelados urbanos, nos desempregados e subempregados, nos jovens e crianças abandonados, nos anciãos etc... salienta o Documento. Avança também uma análise das raízes profundas dessa situação, onde além de apontar a dependência econômica, tecnológica, política e cultural — grande idéia de Medellín — assinala outros fatores como a falta de uma reforma estrutural na agricultura, a corrida armamentista, a falta de integração entre as nossas nações, a crise de valores morais, o mistério de pecado que isso tudo revela.

Outro ponto relevante é a enucleação da realidade da Evangelização, dando-lhe uma dimensão de grande amplitude, sobretudo relacionando-a com a promoção humana, com uma conversão que seja base e garantia da transformação de estruturas e do ambiente social. A temática da "libertação integral" pervade todo o documento. Recebeu enorme relevo. Nesse sentido se tornou muito mais desenvolvida e central que em Medellín, quando se iniciava essa reflexão. Isso significa que uma prática libertadora já se tornou mais comum por parte de cristãos e no seio das comunidades cristãs, de modo que a reflexão sobre ela ganhou muito em lucidez, clareza e profundidade. O Documento salienta esse caminhar da Igreja do Continente e oferece elementos para ulterior progresso.

Acentua-se o aspecto de uma "libertação que se vai realizando na história; a de nossos povos e a nossa pessoal e que abarca diferentes dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações". Sua raiz arranca seiva do solo da fé, que implica uma verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre a Dignidade humana. Estamos diante portanto de um conceito bem amplo e realista da "evangelização libertadora" que transforma "o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário".

Em Medellín a realidade das *comunidades eclesiais de base* apenas despontava em nosso Continente. Agora o Documento "assinala com alegria, como importante fato eclesial particularmente nosso e como 'esperança da Igreja' (EN 58) a multiplicação de pequenas comunidades". Saúda o fato auspicioso de que nesses últimos 10 anos após Medellín as CEBs se tenham multiplicado, amadurecido e tornado focos de evangelização e motores de libertação e desenvolvimento. Elas nascem de diversos fatores: angulo de relações mais profundas e estáveis na fé, vivência da realidade da Igreja como família de Deus, grande aspiração de justiça e sincero sentido de solidariedade em ambiente caracterizado por

sociedade em rápidas transformações. O Documento prefere salientar a característica eclesial das CEBs, sem esquecer seu aspecto de compromisso social de transformar o mundo e sua qualidade de manifestação do amor preferente da Igreja pelo povo simples. Reafirma de modo sério e claro a importância e a opção preferencial da Igreja na A. Latina pela CEB, de modo que essa experiência eclesial do nosso Continente se sente estimulada, apoiada, incentivada pelas orientações pastorais dos bispos.

"A III.ª Conferência Episcopal volta a tomar com renovada esperança na força vivificante do Espírito a posição da Conferência de Medellín que fez uma clara e profética *oração preferencial e solidária pelos pobres*". Faz-se necessária, afirma ainda o Documento, a necessidade de conversão de toda a Igreja para esta opção preferencial pelos pobres, em vistas a sua libertação integral. Há dois elementos importantes e fundamentais: a conversão de toda a Igreja para fazer a opção preferencial pelos pobres e o sentido libertador para os pobres dessa conversão. Não se trata de qualquer tipo de conversão, mas uma que leve a objetividade da libertação dos pobres. Afirmção extremamente corajosa. A novidade dessa opção aparece no seu caráter de ser orientada para a libertação integral dos pobres. Pois, de fato a Igreja sempre teve uma predileção afetiva pelos pobres. Seus religiosos fazem voto de pobreza. Muitas congregações têm em suas constituições a obrigação de trabalhar com os pobres. Existe longa tradição na Igreja de obras assistenciais em favor dos pobres. A novidade da opção pelos pobres, afirmada em Medellín e solenemente renovada em Puebla, consiste no seu sentido libertador, já que ela não se contenta com a simples solidariedade com o pobre em sua situação de pobreza, mas quer ajudá-lo a libertar-se dela e sobretudo das causas estruturais sociais, que estão na sua origem. Trata-se de um "compromisso com os pobres" no que implica uma prática pastoral de "denúncia das profundas injustiças derivadas de mecanismos opressores" e um estímulo, e ajuda a que os pobres comecem a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e para reivindicação de seus direitos.

Em íntima relação com a opção preferencial pelos pobres, a Igreja da A. Latina manifesta também sua *predileção pelos jovens*, seja porque a maioria deles vive desde seus verdes anos os efeitos das injustiças sociais, da pobreza, seja porque neles se deposita a esperança de renovação das estruturas internas da Igreja e da transformação profunda da Sociedade. É uma opção que deve trazer modificações na maneira como até agora se tem organizado a pastoral da juventude. Não se restringe ao aspecto psico-religioso do jovem, procurando ajudá-lo no desenvolvimento de sua personalidade e na maturação de sua fé. Importa também considerá-lo no significado político-social, como uma força fundamenta

de transformação e renovação para a Igreja e para a Sociedade. "A pastoral de juventude formará aos jovens, de um modo gradual, para a ação sócio-política e a mudança de estruturas, de menos humanas para mais humanas, de acordo com a Doutrina Social da Igreja". "Formar-se-á no jovem o sentido crítico diante dos meios de comunicação social e dos contra-valores culturais".

Finalmente, um último ponto importante se relaciona com "*a ação da Igreja com os construtores da sociedade pluralista na A. Latina*" e "*a ação pela pessoa na sociedade nacional e internacional*". São pontos novos numa consideração episcopal em nosso Continente. A Igreja na A. Latina quer assumir responsabilmente seu papel de contribuir para a transformação desde de dentro das estruturas da Sociedade pluralista atual, a partir do anúncio da Boa Nova e do apelo a uma conversão radical. Para isso, é necessário estabelecer uma só pastoral que atinja e penetre os quadros ou elites evangelizadoras, afetando todos os âmbitos da vida social, dinamizando a vida da sociedade. A Igreja reconhece seu papel de exortar os construtores da nova sociedade, de fazê-lo com o povo, oferecendo cada grupo sua contribuição própria. Cabe-lhe também o papel de ser agente de conscientização geral da responsabilidade comum diante do desafio que exige a participação de todos. A conversão interior, que ela prega, deve manifestar-se no empenho pela transformação das estruturas econômicas, políticas, culturais, jurídicas, pois ambas são necessárias. Assim o papel da comunidade cristã consiste em iluminar com sua visão de fé, em estimular com gestos significativos e em acompanhar com atuações eficazes, os construtores dessa nova sociedade. No diálogo com eles, poderá ir aprofundando a Doutrina Social e a Ética Social. Nem se deve esquecer do papel positivo das tensões sociais, que dentro das exigências da justiça contribuem para garantir a liberdade e os direitos, especialmente dos mais fracos.

Na ação pela pessoa na sociedade nacional e internacional, a Igreja verifica com tristeza como nas últimas décadas as esperanças de desenvolvimento de nossos povos fracassaram e aumentou, seja a marginalização das grandes maiorias, como a exploração dos pobres. Além do mais, justificados pela Ideologia da Segurança Nacional, muitos regimes de nosso Continente violaram seriamente os direitos humanos pessoais e sociais e produziram concentração de renda e de poder nas mãos de poucos em detrimento das grandes maiorias pobres. Esse quadro se amplia e se torna ainda mais grave, quando se considera a situação internacional de colonialismo, de opressão dos países ricos em relação aos outros. A partir de tais constatações, o Documento sugere toda uma ação de denúncia das injustiças e violações e de defesa dos direitos pessoais e sociais, como parte integrante da tarefa evangelizadora

da Igreja. Predomina um discurso ético e exortativo, com a indicação de algumas mediações concretas, como a criação de organismos de Ação Social e de Promoção Humana colaboração entre as Conferências Episcopais para estudo dos problemas pastorais, especialmente no referente à justiça.

Ainda que o discurso se tenha mantido predominantemente no nível ético e persuasivo, aparece, porém, uma tomada de consciência da gravidade da problemática da pessoa na atual sociedade latino-americana e internacional. O aspecto do direito da "nação" ficou menos trabalhado, se bem que apareçam alguns elementos sobre isso. É uma porta que o Documento de Puebla nos abre e por onde, certamente, a criatividade das Igrejas particulares ou das Conferências Nacionais ou mesmo do CELAM poderá expandir-se nos próximos anos.

SILÊNCIOS E PONTOS CONFLITUOSOS

Apesar de o Documento final não citar tantas vezes a Medellín, ele se move nas suas pegadas. Todas as grandes opções tomadas em Medellín, que marcaram a vida pastoral de nosso Continente nessa última década, reaparecem em Puebla ainda mais reforçadas: opção preferencial pelos pobres, maior atenção à Igreja Particular e ao fenômeno auspicioso das comunidades eclesiais de base, empenho no processo de libertação integral do homem e dos povos latino-americanos. A experiência da Igreja fez com que tais opções estivessem mais consolidadas, apesar de certas oposições de alguns grupos de bispos. Entretanto há, a meu ver, silêncios significativos e até certo ponto inquietantes e reveladores de resistências atuantes.

Apenas de passagem, menciona-se que a Igreja da A. Latina foi levada pela consciência de sua missão evangelizadora "a suportar a perseguição e, às vezes, a morte, em testemunho de sua missão profética" (n. 51). Contudo, estamos diante de fato de suma importância e de expressão de enorme vitalidade espiritual: *a realidade do martírio*. Os bispos temeram chamar de martírio o fato de que tantos cristãos na luta pela justiça sofreram torturas físicas e morais até a morte. Naturalmente, as forças repressivas tentaram justificar suas diligências homicidas sob o nome da defesa da civilização ocidental cristã contra a infiltração marxista no Continente, quando de fato se trata da defesa dos interesses capitalistas das elites dominantes. E os cristãos morriam na defesa do pobre, do oprimido, de diversas maneiras. Era fato inédito que em países católicos os cristãos eram perseguidos por tentarem ser coerentes com as exigências de sua consciência cristã. E tais casos chegaram a ser frequentes e em alguns deles apareceu de

modo inequívoco o aspecto de entrega da vida pela justiça e caridade. Esse silêncio, ou essa menção extremamente discreta, não condiz com o significado espiritual e teológico de tal testemunho de fé e de amor de tantos cristãos, sinal paradoxal da maldade humana que tira a vida do inocente e de graça de Deus, que concede a seus filhos a força espiritual dessa maior prova de amor.

Depois de Medellín, a Igreja da A. Latina assistiu a um fenômeno de vitalidade na forma de uma teologia, que deixava simplesmente de ser reflexo de outras para tornar-se fonte, ao pensar os problemas de nossas comunidades eclesiais. Hoje podemos afirmar que existe uma *teologia latino-americana*, com feição e características próprias. Mais. Consegue firmar-se, não só no concerto da teologia universal, mas sobretudo alimenta a vida eclesial do Continente. Em alguns setores, como o da Vida Religiosa chega a ser solicitada em outros lugares, por causa de sua vitalidade. Apesar de todas as limitações de um esforço incipiente de criatividade, já elenca em diversos setores trabalhos expressivos. Ora tal fato passou despercebido pelos pastores reunidos. Até mesmo, havia entre muitos mais desconfiança que alegria diante dessa nossa teologia latino-americana. Ela tem procurado sobretudo ser alimento para os agentes de pastoral engajados no processo de libertação. Intenta refletir-lhes a problemática à luz da grande tradição da fé, a fim de oferecer-lhes elementos de discernimento na caminhada. A função dos teólogos na Igreja recebera aliás no Documento de Consulta um tratamento bem equilibrado e sugestivo. Infelizmente esse tema apareceu no Documento final de modo menos inspirador (n. 254). Digna de menção a intervenção de Mons. Bernardino Piñera, Secretário da Conferência Episcopal do Chile, onde ele pede aos bispos que leiam e estudem serenamente as obras dos teólogos da libertação, que conversem com eles, que se coloquem diante de suas idéias em atitude de acolhida, ao mesmo tempo que de crítica. Sugere mesmo que se faça um Encontro em nível latino-americano, em que participem teólogos de diversas tendências, não com o espírito de confronto ou de julgamento, mas de busca de consenso, com o fim de que nossa Igreja enriqueça com todo o positivo que as novas correntes poderiam ter e que se completem os vazios, se acharem as ambigüidades, se corrijam os erros se de fato os houver. Este encontro se faria em presença de uma Comissão de Pastores e de teólogos, designados pelo Papa e que lhe informariam para que ele faça o que sua consciência de Pastor universal lhe ditar. Esta intervenção de Mons. Piñera exprime, sem dúvida, uma necessidade, em vista de superar as suspeitas que pesam sobre a Teologia latino-americana e que estiveram muito presentes na preparação de Puebla e infelizmente terminaram por impedir uma contribuição mais rica dessa teologia na própria Conferência. Portanto, uma

das lacunas, seja da própria Assembléia como reunião, seja do Documento final, é a ausência de uma teologia latino-americana. O fato de existir já uma Teologia autóctone deveria ter sido saudado com alegria e esperança, pois significa uma expressão de vitalidade de nossa Igreja. Contudo foi antes considerado, por razões de cunho ideológico e de rigor ortodoxo, com suspeitas, frieza e afastamento.

Na década de 60, ferviam no Continente movimentos políticos orientados para uma transformação radical do Sistema capitalista vigente. Muitos eram dirigidos e constituídos unicamente por grupos, freqüentemente de jovens, pertencentes às classes mais abastadas da Sociedade. Os verdadeiros *movimentos populares* se esboçavam. Em alguns casos tinham sua autonomia própria. Noutros segulam a liderança dos outros movimentos. Com a violência da repressão que se fez presente praticamente em todo Continente, a maioria desses movimentos foi desbaratada. Entretanto, os movimentos verdadeiramente populares, apesar de todas as oposições violentas dos regimes, não só cresceram, como também se tornaram mais genuinamente populares, com lideranças próprias. Cada vez mais tais movimentos assumirão papel importante no Continente. Deverão exercer função imprescindível na construção da nova sociedade de que tanto fala o Documento final. São os seus principais construtores, já que até hoje foram os excluídos da comunhão e da participação dos bens materiais e do poder decisório.

Apesar da sua relevância na criação do projeto construtivo da Sociedade latino-americana o Documento final não os contempla com sua reflexão. Dirige-se de modo diferenciado aos operários, aos camponeses. Refere-se à criação livremente de organizações para defender, promover seus interesses, para contribuir responsavelmente ao bem comum (n. 1005). Contudo não chega a considerar o problema propriamente dito dos movimentos populares, o papel da pastoral da Igreja em relação a eles, sobretudo no referente às comunidades eclesiais de base. Sabemos que nos últimos anos se tem colocado esse problema com muita seriedade e gravidade para a nossa Pastoral e as reflexões sobre tal questão ainda estão em seus inícios. De um confronto latino-americano de práticas pastorais, como se propôs, em parte, a Conferência geral, esperava-se que saíssem luzes a partir das experiências realizadas nas diferentes regiões. Contudo, tal questão de suma gravidade pastoral e social para o futuro da Igreja e do Continente ainda ficou à espera de outra ocasião para ouvir um pronunciamento episcopal. Talvez ainda a consciência eclesial do Continente não se encontre em condições para assumir uma posição sobre a realidade dos movimentos populares, o que eles significam para ela e como situar-se diante deles pastoralmente.

Há, sem dúvida, ainda um medo latente diante dos movimentos populares, da conscientização e organização das massas. Pois, sabe-se que elas não poderão suportar caladas e tranqüilas, uma vez conscientizadas e organizadas, essa situação de extrema exploração e opressão. Parece que se tornará inevitável alguma explosão de violência. E existe um horror inato diante da "violência popular", ainda que convivamos há quatro séculos com uma violência institucionalizada de enorme virulência. Pois ela mata de fome, de doença, de miséria a milhões cada ano e relega a uma vida sub-humana a maioria do Continente. Essa violência já se nos tornou cotidiana e já nos acostumamos, ainda que haja continuamente de declarações contra ela. Entretanto, tem-se medo em abordar o problema das classes populares, sua organização e o papel da Igreja aí dentro com receio de ter que defrontar-se com a outra face da violência, a popular. Essa certamente trará incômodos para as classes dominantes, pois colocará em questão fundamentalmente essa situação de privilégio a custa das classes populares. E a Igreja não tem experiência de convivência e participação em tais movimentos. As revoluções populares realizadas na história até agora foram de cunho anticlerical e mesmo ateu. Não se exclui nesse fenômeno o fato de que a Igreja nesses lugares aparecia como unida aos poderes dominantes e foi tomada de roldão na avalanche revolucionária como aliada deles e portanto inimiga do povo. Certamente havia muito de generalização e mesmo de injustiça nesses juízos globais, ainda que alguns fatos mais constatáveis a levavam a eles. Entende-se a partir desses acontecimentos históricos o bloqueio e medo por parte de membros da Igreja diante dos movimentos populares. Enquanto isso a história vai caminhando e na prática os grupos cristãos vão se encontrando com tais movimentos sem muita orientação e com poucos critérios de discernimento por falta de uma coragem lúcida de refletir sobre eles, a partir das práticas já existentes. Essas práticas já acumulam alguns ganhos e também já revelam alguns impasses, problemas, crises. Somente discernindo sobre elas, que se conseguirão dados para ulteriores decisões, corrigindo os erros e reforçando os acertos.

Em relação com esse ponto, há outro silêncio significativo a respeito do "socialismo", como a alternativa para essa sociedade capitalista desumana. Apesar de ter sido criticado veementemente em todo Continente por suas posições conservadoras, o Documento de Consulta apresenta-se nesse ponto certa abertura, que não foi retomada pelo Documento final. Ele diz que: "se se propugna na A. Latina por tipos de socialismo que respeitem a liberdade; que tutelem os direitos humanos; que assegurem uma convivência fraterna e realmente democrática, com adequados canais de participação, que promovam a multiplicidade de empresas autônomas

comunitárias, orientadas ao bem comum e reguladas segundo as necessidades dos mais necessitados, não haveria contradição entre tais tipos de socialismo e o cristianismo" (n. 772). É um número bem inspirador e que abre para os cristãos possibilidades de diálogos com amplos setores da Sociedade latino-americana, jovens, intelectuais e operários, que aspiram a uma sociedade socialista alternativa. Além do mais, houve documentos de bispos de nosso Continente que propugnam abertamente por uma alternativa socialista, como "Eu ouvi os clamores do meu povo" (Documento de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste) e "Marginalização de um Povo" (Documento de Bispos do Centro-Oeste). Essas vezes não se fizeram presentes no Documento de Puebla.

Além dos silêncios significativos, há *pontos conflituosos*, que merecem uma ulterior reflexão. Ainda dentro da mesma problemática, se situa o juízo sobre as *ideologias*. Pervade, em geral, todo o documento idéia negativa sobre ideologia, como algo ruim de que o cristão, sobretudo os responsáveis da Igreja devam tomar distância. Mais ainda. Aparece subjacente a concepção de que a Igreja paira acima das ideologias e nos seus ensinamentos sobrevoa-as olímpicamente. Essa posição um tanto idealista leva a que os juízos se mostrem equidistantes da ideologia liberal capitalista, coletivista marxista ou da segurança nacional. Esquece-se que os juízos são feitos de dentro de uma realidade concreta, onde uma ideologia não é simplesmente uma ameaça possível, mas uma realidade vigente e devastadora. Não é a mesma coisa falar dos perigos do frio estando no pólo norte ou estando na Amazônia. Num caso, ele é profundamente real, presente. Noutro se transforma numa discussão teórica; talvez correta, mas sem radicação prática. Além disso, faltou que se fizessem reflexões a partir de práticas já em curso e preferiu-se permanecer no nível abstrato. Tal foi o caso da *análise marxista*. Além de aparecer numa formulação bastante arvezada e mesmo confusa, citando simplesmente um texto de Paulo VI, ela prescinde da prática de grupos cristãos que se defrontam com ela na sua luta pela construção de uma sociedade diferente. O verdadeiro campo de discussão da compatibilidade da fé e do uso da análise marxista não é o gabinete, mas a mesma prática concreta de cristãos. Era a partir daí que se deveriam formular os juízos críticos. Que problemas surgiram para sua fé de tal emprego? Que possibilidade de engajamento, pelo contrário, ela lhes permitiu? Como ela foi usada? A experiência dos cristãos em Cuba deveria ter sido muito mais explorada, já que se trata de um país de nosso Continente que vive num sistema socialista marxista.

No *campo estritamente dogmático*, aparecem alguns pontos conflituosos. Retomando uma afirmação de João Paulo II, o Documento alerta sobre as "*releituras do Evangelho*, resultado de especula

ções teóricas “e sobre” as hipóteses brilhantes talvez, mas frágeis e inconsistentes que delas derivam” (n. 99). Antes tinha falado da ideologização da pessoa de Jesus Cristo, convertendo-o em um político, um líder, um revolucionário ou simples profeta”.

Antes de mais nada, o Papa não condena que se faça releitura de Jesus Cristo, pois isso não depende de nós. É uma condição humana, pertence à estrutura de nosso pensar, que nós releiamos os acontecimentos passados, ao falarmos deles. Os próprios 4 evangelhos são 4 releituras de Jesus. E assim ao longo da história, a comunidade cristã relê continuamente o seu Mestre. É a estrutura hermenêutica e histórica de nosso pensar. Assim nos criou Deus. Ele se refere a certos tipos de releituras que deturpam fundamentalmente a interpretação tradicional da Igreja, como seria reduzir Jesus Cristo a uma função meramente política, meramente revolucionária, meramente profética. Não se nega que sua ação tenha tido alcance político, revolucionário e profético. Esse é um dado inconcusso da Escritura. Os evangelhos nos relatam como os poderes religiosos e políticos de sua época se sentiram abalados, feridos pela atuação de Jesus e armaram sua condenação à morte. O povo chama-O de profeta por excelência. Sua missão, sua Palavra, seu agir tiveram e têm enorme força revolucionária, seja no referente à compreensão de Deus, como no referente ao significado da pessoa humana, de suas relações sociais.

A teologia latino-americana quer colocar-se na grande tradição da Igreja ao fazer sua releitura de Jesus para e de dentro de nosso contexto social, eclesial, exatamente como fizeram os evangelistas, São Paulo, outros escritores do N. T. para as suas respectivas comunidades. Os Santos Padres, os Concílios quiseram reler o mistério de Jesus para o contexto cultural em que viviam. O nosso contexto latino-americano tem sua originalidade. A partir dele, alguns aspectos da vida de Jesus são mais realçados, enquanto que aihures eles ficaram no olvido.

No campo eclesiológico, o ponto carregado de tensão se refere a *Igreja popular, ao magistério paralelo*. São dois problemas, mas que tem implicação mútua. Há um fato concreto, diante do qual se fazem duas leituras. O documento não condena o fato, mas uma das leituras. Qual é o fato? Ao longo do Continente, surgem comunidades populares, que se reúnem em volta da Palavra de Deus e de seu pastor e tomam consciência mais explícita de sua realidade eclesial e de seu compromisso com o processo de libertação. De uma atitude passiva, começam essas comunidades a assumir maior participação na vida eclesial, a tornar-se centro de evangelização, focos de compromisso social. São comunidades do povo, que durante séculos fora oprimido e privado da palavra, da cultura, do poder de decisão e que agora os retoma com consciên-

quente de um Episcopado que aceita reunir-se para debater, não sem tensões e sofrimentos, os rumos da pastoral do Continente. Tiveram coragem os bispos de expor-se à crítica, ao debate, por amor à verdade e por fidelidade ao povo, a quem querem servir com as orientações pastorais traçadas. A Assembléia falou de modo não-verbal através de sua realização, de suas celebrações, de seus debates, de suas tensões, de sua riqueza espiritual, do testemunho de tanta gente dedicada e sacrificada no serviço do Reino. Há um espírito de Puebla, que é de colegialidade, de participação, de diálogo, de lealdade em busca da verdade, que está por cima do texto redigido. Ele deve ser o grande prisma de leitura do Documento.

Além disso, há uma mensagem de afeto e de amor vinda do episcopado para todo o Continente em forma de Mensagem e em forma de tantas frases inseridas ao longo do texto, onde o sentimento de comunhão com o povo aparece com toda clareza e força. Ao lado desse gesto de comunhão com os povos do continente, submetidos a situações de injustiça e opressão, existe outro não menos expressivo de conclamação a todos os homens de boa vontade, mas sobretudo aos cristãos e aos membros da Igreja católica, a assumirem com coragem e responsabilidade a tarefa de construir uma Sociedade latino-americana nova, cristã na fé, justa nas suas estruturas sociais. Esse chamado solene deverá ser o grande grito vindo de Puebla. Todos são convocados, dentro de suas possibilidades e com responsabilidade, a engajar-se nessa missão difícil, mas digna da própria entrega, ser construtores da Sociedade pluralista na A. Latina, como uma alternativa justa e fraterna, a essa extremamente excludente em todos os níveis.

O Documento é muito complexo. Os temas abordados são os mais diversificados. Podemos facilmente perder-nos nessa floresta temática e esquecer-nos de que existe um discurso global que assume todos os parciais. Ele dá a unidade fundamental. Tem dois eixos. Um ético, que voltado para a realidade social do Continente, revela a indignação e a vergonha de apresentarmos no concerto das nações como o Continente cristão exibindo a ignomínia de ter uma sociedade tão estruturalmente injusta, opressiva, exploradora, desde os inícios de sua colonização até os dias de hoje. Há um grito de basta com tanta injustiça. O outro eixo se coloca na linha da esperança de que há reservas nesse Continente a partir das quais teremos chance de superar essas condições fundamentais.

O Documento de Puebla é, pois, uma chegada e um momento de relançamento. Chegada de longo caminho de reflexão, de auto-crítica da prática pastoral da Igreja, de sua atuação no seu interior e na sua relação com a Sociedade. Desse esforço nasceram todas as análises críticas, confissões, arrependimentos e propósitos de

conversão. Aí se inicia o momento de relançamento de toda a Igreja para com renovada esperança e energia empreender a missão de evangelizadora no sentido pleno do termo, que implica o anúncio da salvação e libertação integração do homem, no duplo movimento de conversão pessoal e de transformação das estruturas econômicas, políticas, jurídicas, sociais, culturais e religiosas.

Finalmente, o Documento é um discurso dos bispos e uma leitura de todo o povo de Deus. Escrito por aqueles que têm uma responsabilidade pastoral especial, de serem os grandes diáconos da unidade, da comunhão e da participação, da comunidade eclesial. Será lido por aqueles que na fé querem assumir, unidos com seus pastores, a responsabilidade de construir uma sociedade nova, sabendo que assim serão verdadeiramente cristãos, homens de Igreja.

Puebla já aconteceu no seu primeiro grande ato. Cabe à história julgá-lo, como um primeiro avanço no derradeiro juízo de Deus. Puebla será para todos nós aquilo que a Igreja do Continente souber aprender dessa lição, corrigindo suas deficiências e limitações, mas sobretudo alimentando-se de suas esperanças e riquezas. Na medida em que Puebla for realizando-se ao longo de nossa história, nessa mesma medida ela estará cumprindo os votos do primeiro ato já terminado. A Puebla total será a soma histórica da Conferência Geral e a prática eclesial através do Continente, iluminada por suas orientações e sobretudo fortificada pela força do Espírito Santo, o elo de união dos dois atos.